

A ESCOLA PÚBLICA EM ANTÔNIO GRAMSCI E A FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS ORGÂNICOS

The public school in Antônio Gramsci and the training of organic intellectuals

Amanda Regina Martins Dias – UFSCar/Sorocaba*

Thiago de Melo Martins – UFSCar/Sorocaba**

Resumo: O presente texto tem por objetivo problematizar questões centrais da teoria gramsciana como hegemonia, estrutura e superestrutura e sua relação com a educação e a escola, refletindo sobre o conceito de hegemonia de classe e superestrutura do Estado, bem como análise da escola pública enquanto instrumento de reprodução social para manter a hegemonia vigente. Complementa o presente artigo as concepções de educação e escola, e ainda, as teorias pedagógicas contra-hegemônicas existentes no Brasil na década de 1980, influenciadas pelas ideias de Gramsci – a sua concepção de escola unitária e a necessidade de se pensar uma escola que projete uma outra tipologia de educação para uma sociedade em tensão e recorrência.

Palavras-chave: Escola pública. Hegemonia. Superestrutura. Intelectuais orgânicos.

Abstract: The objective of this text is to problematize central questions of the gramscian theory like hegemony, structure and superstructure and its relationship with the education and the school, reflecting on the concept of class hegemony and superstructure of the State, as well as analysis of the public school as instrument of Social reproduction to maintain current hegemony. The article is complemented by the conceptions of education and school, as well as the counter-hegemonic pedagogical theories existing in Brazil in the 1980s, influenced by Gramsci's ideas - his conception of unitary school and the need to think of a school that projects another type of education for a society in tension and recurrence.

Keywords: Public school. Hegemony. Superstructure. Organic intellectuals.

INTRODUÇÃO

A partir da obra de Carnoy (1988), "Estado e Teoria Política", selecionamos o terceiro capítulo que versava sobre "Gramsci e o Estado", para problematizarmos a relação de hegemonia estruturada pela classe dominante dentro do Estado e controlar as massas e, de forma vinculada, a escola como parte dessa lógica de controle social. Carnoy (1988) caracteriza por dominação a ideologia da elite sobre as classes populares. A hegemonia se dá por doutrinação da cultura dominante nos meios de comunicação, na educação, nos órgãos do Estado como polícia e judiciário.

Trata-se de um texto reflexivo tendo Carnoy (1988) como texto principal, enriquecido por artigos de literatura especializada (BAPTISTA, 2010; BEIRED, 1998; DRABACH, 2016; MELO e MARQUES, 2015; SAVIANI, 2009). A problematização centra-se na a escola pública brasileira como inserida na superestrutura do Estado, e que por conta disso usa sua organização, diretrizes curriculares e conjuntos de leis para seu funcionamento e manutenção do *status quo* vigente. Daí surge uma inquietação que orienta a discussão do presente texto: *Que movimento é possível para outra leitura da realidade visto que as "cartas" são previstas e dadas no contexto do jogo político?*

A escola como instituição formal da sociedade não deveria ter como meta a emancipação do próprio cidadão com vistas a garantir-lhe autonomia e sustentação de um conjunto de pressupostos voltados ao bem comum? Se em tese essa afirmação deveria ser considerada há um contrassenso aparente materializado na oferta de uma escola com qualidade relativizada, retroalimentada com docentes com formações diversas e insuficientes para o enfrentamento da realidade, déficits nos índices de

*Aluna Especial no Mestrado em Educação da UFSCar-Campus Sorocaba. Membro do GEPLAGE. Diretora de Escola da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba/SP. E-mail: amandarmdias13@gmail.com.

**Aluno Especial do Mestrado em Educação. USFCAR-Campus Sorocaba. Membro do GEPLAGE. Professor Municipal de Sorocaba/SP. E-mail: thiagomelomartins32@gmail.com.

aprendizagens dos estudantes, dentre outros. Para compreendermos e problematizarmos esse olhar, nos pautaremos em Gramsci, a partir do texto base de Carnoy (1988).

Três desdobramentos servirão para direcionar a reflexão, o primeiro diz respeito ao conceito de hegemonia de classe e superestrutura do Estado, (GRAMSCI, 1971 apud CARNOY, 1988), a caracterização e distinção entre "sociedade civil" em relação a "sociedade política".

SUPERESTRUTURA DO ESTADO E HEGEMONIA DE CLASSE

Buci-Glucksmann (1974) *apud* Carnoy, (1988) destaca que o indivíduo pode atuar na história e com suas concepções criar novos fatos históricos. Mediante a isso, as instituições compõem o conjunto hegemônico pelo conflito de interesses entre os grupos, o dominante e o subordinado, sendo o primeiro com influência nas instituições do Estado, da economia e das comunicações sociais. O segundo tende a se sujeitar e geralmente são empregados pelos primeiros.

Pela política a elite deseja impor seu domínio para a sociedade. Essa é a definição de superestrutura perante o coletivo do Estado. Althusser, teórico estruturalista francês, que faz junção da teoria democrata com as relações humanas, pensa sobre mecanismo de produção da mais valia, capital-trabalho e os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, amplia o entendimento sobre Gramsci na composição da superestrutura.

A esse respeito Melo e Marques (2015, p.369) observam que: "O sujeito para Althusser nada mais é que o indivíduo interpelado pela ideologia dominante, o portador de um outro Sujeito diferente de si, ferramenta da classe no poder para que ela mantenha sua hegemonia política e ideológica." Althusser insere o olhar ideológico e político sobre os aparelhos ideológicos do estado: escola e mercado de trabalho – centrado na intencionalidade, planificação e materialização de seus interesses. Ideologia, no conceito geral, burguesia vive a sua e seu mito de liberdade, de homem, da razão, da igualdade perante a lei, a essa orientação Baptista (2010, p.185) chama a atenção para:

A compreensão da relação ideologia e fatores econômicos passa dialeticamente por um dos conceitos-chaves do pensamento gramsciano, o de "bloco histórico". O bloco histórico é formado por uma estrutura social (as classes diretamente relacionadas às forças produtivas) e uma superestrutura ideológica e política. Uma classe que se torne dominante exerce um poder hegemônico sobre a outra, através das relações sociais de produção no nível econômico e de uma "hegemonia" ideológica e política no nível da superestrutura.

A superestrutura composta na sociedade serve para manter e compor a hegemonia da elite, além da supremacia econômica permeando o comércio, indústria e sistema financeiro, há predominância na produção cultural, comunicação e sistema de educação nacional. Ideologia proeminente, doutrina a sociedade como verdade única e se expressa em todos os meios parecendo natural ao ser humano a segui-la sem questionamentos e possivelmente instruído a não desejar algo diferente e igualitário.

Carnoy (1988) relata a definição de Gramsci sobre hegemonia em dois pontos. Primeiro, o grupo de poder usa seu poderio influenciando moral e intelectualmente outros grupos subordinados a ele para agirem em parceria com seus interesses. Uma espécie de captação de colaboradores. Segundo, usar a hegemonia como manipulação dos dominantes às informações, currículos de todos os níveis de ensino e relações político-partidários para impor a própria concepção de realidade aos outros abaixo na escala socioeconômica da sociedade. Drabach, (2016, p.3-4) explica:

A construção e manutenção da hegemonia da classe burguesa passou a se utilizar também da incorporação de reivindicações democrático-popular (consenso) e dos organismos de difusão da sua ideologia, a qual agiria como amálgama entre estrutura e superestrutura, ou seja, a manutenção do bloco histórico sob o seu domínio.

A democracia e o governo democrático podem estar a serviço da hegemonia dado ao poderio econômico e ideológico da elite, de certa forma ela direciona o governo em favor dos seus interesses, com vistas a manutenção do poder. Carnoy (1988) usa uma definição de hegemonia e a participação do indivíduo na história dos movimentos de mudança ante as contradições sociais, entendendo o conceito de Gramsci sobre o Estado, a atuação da educação na "superestrutura" e sua orientação para mudar a classe dominante burguesa para a hegemonia da classe trabalhadora. Existem outras três definições para ampliar o entendimento.

A contraposição entre o Estado e a sociedade civil, direcionamento que se dá pela sociedade civil e a dominação pelo Estado. Quem comanda impõe a adesão do coletivo pela hegemonia, mas usa seu domínio pelos "aparelhos coercitivos do Estado" (CARNOY, 1988, p.99). Na segunda explicação Estado e sociedade civil não se opõem, e sim juntam-se para gerar obediência e coibição. A única diferenciação entre ambas é o Estado detentor das forças armadas e da polícia, os aparelhos coercitivos. A terceira definição, Estado e sociedade civil se fundem em um só. Carnoy (1988, p.99) cita Althusser para exemplificar:

[...] Althusser usa (definição) em seus aparelhos ideológicos de Estado: todas as superestruturas ideológicas e políticas, incluindo a família, os sindicatos de trabalhadores, partidos políticos reformistas e os meios de comunicação privados são, por definição, aparelhos de Estado, ou, em outros termos, aparelhos hegemônicos.

Carnoy (1988) enfatiza que a segunda definição, elucidada por Gramsci, enfoca o Estado como continuação do aparelho hegemônico, sendo integrante da criação de uma elite para manter e ampliar seu mando perante a coletividade. Se o Estado faz parte do domínio da elite e a escola pública é um aparelho de Estado, logo o que se esperar da escola?

ESCOLA PÚBLICA COMO INSTITUIÇÃO QUE VISA MANTER A HEGEMONIA

Dadas as argumentações partidas de Gramsci e analisadas por Carnoy (1988), a escola pública é um recorte do aparelho hegemônico de Estado, mas que terá o seu lugar de expressão, enquanto agente formador de cidadãos propriamente ditos, quanto cumprir o papel de difusão democrática por meio de intelectuais orgânicos. Nessa perspectiva Drabach acrescenta:

Gramsci parte do ponto de vista de que todo homem é um intelectual, no entanto, nem todos exercem a função de intelectual na sociedade; ou seja, o papel de organização e difusão da ideologia de uma classe. Os intelectuais são fundamentais para o exercício da hegemonia, pois são eles que atuam na construção da forma ético-política necessária ao conteúdo econômico-social do modo de produção. (2016.p.4)

No entanto, a ideia de trabalho e formação para o exercício da cidadania nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Lei de Diretrizes e Bases no Brasil parecem seguir outra lógica. A escola sendo sustentáculo para formação de mão de obra alienada e preparada para executar funções e subservientes aos interesses do estado capitalista.

Apesar dos dois documentos indicarem formação de cidadão crítico e atuante, o que se vê é o contrário. Ou seja, o currículo escolar com prioridade de horas em estudos de Língua Portuguesa e Matemática omitem a formação sobre questões sociais mais amplas para serem trabalhadas no interior dos estabelecimentos educacionais públicos. Matérias como História e Geografia são minimizadas em carga horária e conteúdos nos Ensinos Fundamental I e II. Sociologia e Filosofia como componentes curriculares podem ser excluídos da grade no Ensino Médio, conforme a orientação da plataforma governamental. Tais fatos levam a concordar com a visão de Gramsci sobre a hegemonia de classe dominante no Estado capitalista, conforme Drabach:

Para o marxista sardo, a escola é o espaço privilegiado de acesso ao conhecimento sistematizado para as classes populares. Por isso, a simplificação/redução dos currículos dificulta ainda mais o aprendizado, uma vez que estes sujeitos não contam, em sua grande maioria, com o apoio intelectual fora da escola, tampouco já tem desenvolvido previamente os esquemas cognitivos, e também físicos, necessários ao trabalho intelectual. (2016.p.7)

A escola pública tanto serve para formar empregados obedientes, quanto também para expandir a consciência da classe subalterna a reivindicar condições melhores de ganho e qualidade de vida. É necessário, que existam movimentos e pessoas comprometidas com a transformação no entorno social e dentro da escola, no parlamento e nos movimentos sociais, pessoas que reflitam e atuem como intelectuais orgânicos, que não se deixem cooptar pela lógica do sistema capitalista. Beired (1998, p.122) amplia essa perspectiva afirmando que: "Para Gramsci, o intelectual é uma figura que tanto pode agir para a transformação da sociedade quanto para a sua reprodução."

Se a escola pública, salvo honrosas exceções, serve para colocar na forma ideológica da classe dominante, por consequência existem sujeitos que executam essa formatação representando seus mandatários nesse processo de forma consciente ou não. Beired (1998.p.127) aponta:

Em outras palavras, tais intelectuais sofreram uma espécie de alienação com relação à sua própria realidade local. Essa discussão sobre o caráter cosmopolita ou nacional do intelectual poderia ser ampliada para outras situações históricas, como por exemplo a América Latina e dentro desta o Brasil, pois trata-se de sociedades recentemente constituídas em termos estatais [...]

Uma das prováveis causas de a escola pública se encontrar do jeito que está, se dá pelos intelectuais, professores e profissionais da educação, encontrarem-se em estado de alienação. Há a necessidade de formar uma massa intelectual crítica, para mudar a condição de reprodutora ideológica da escola pública.

GRAMSCI E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Drabach (2016) defende a educação na concepção gramsciana, voltada para a transformação da concepção do mundo dos sujeitos, através de uma filosofia capaz de transformar as mentalidades e de permitir a elevação cultural. Para compreender o pensamento de Gramsci sobre o conceito de educação, faz-se necessário compreender o papel que a educação desempenha em nível de direcionamento político que possa permitir a elevação cultural de um grupo ou de uma classe, bem como o papel que desempenham as organizações políticas e culturais, "aparelhos de hegemonia" (escolas, jornais, igrejas, partidos) na construção e manutenção de uma concepção de mundo. Somente através de uma concepção de mundo, consciente e crítica, é possível que o sujeito compreenda sua posição no grupo social e se compreenda enquanto protagonista na produção da história. Daí a importância da educação nessa formação.

Segundo Jesus (2005, *apud* Saviani, 2009), a escola em Gramsci não se restringe à instituição escolar, mas sofre uma ampliação, assim como os conceitos de Estado e de intelectual, passando a ser definida como "toda organização que desenvolve cultura". Cultura e política são questões inseparáveis, assim como economia e política. Para Gramsci, cultura é um dos instrumentos da práxis sócio-política, sendo uma das vias que pode possibilitar a tomada de consciência das massas, criadora de uma nova ordem hegemônica. Dessa forma, é possível pensar que a hegemonia não se faz apenas na estrutura econômica-política da sociedade, mas também no campo das ideias e da cultura, nas formas de pensar e construir estratégias conforme orientações ideológicas. Assim, a educação se constitui num instrumento de luta para estabelecer uma nova relação hegemônica permitindo a constituição de um novo bloco histórico, estando à frente deste, a classe dominada da sociedade capitalista, ou seja, o proletariado.

Numa perspectiva dialética, Gramsci atribui dupla função à escola: a de conservação e a de superação das estruturas capitalistas. Para a realização da hegemonia a classe dominante recorre a instituições, dentre elas a escola, já que este exercício permite a dominação das consciências. Mas, também permite a possibilidade de a classe dominada criar e consolidar uma contra hegemonia, tendo em vista que a sociedade civil é o lugar da circulação livre de ideologias.

No período do cárcere, Gramsci em seus escritos trata do problema da escola em articulação com a questão dos intelectuais. Discutindo vários aspectos do modo de articulação da escola com o desenvolvimento da sociedade, abordando criticamente os movimentos de inovação escolar e analisando a escola clássica, mostrando suas qualidades e limitações, ele se mostra convicto em afirmar a importância da escola para os trabalhadores, sendo um instrumento para formar intelectuais de diversos níveis, elevar o nível cultural e intelectual das massas. Sobre o papel dos intelectuais orgânicos Carnoy (1988) aborda sobre o processo de sua transformação e fundamenta a crítica de Gramsci a Lenin e Karl Kautsky, na qual a relação entre trabalhadores e intelectuais era concebida como uma relação de líderes e liderados, ou seja, uma divisão hierárquica baseada na superior capacidade dos intelectuais, no quesito liderança teórica e ideológica. Gramsci rejeitava essa ideia e argumentava que qualquer pessoa poderia ser um "intelectual", acreditava numa estratégia baseada na ideia de que "todos os homens são 'filósofos'", embora nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais.

Gramsci dá ênfase ao intelectual moderno, pois o mesmo está ligado ao processo hegemônico de emancipação humana, na medida da reflexão e compromisso com a ação, em contrapartida ao

intelectual tradicional que trabalha a teoria sem a prática. A falta de consciência é a principal razão da burguesia permanecer em sua posição dominante. O desenvolvimento da consciência, chave do processo de transformação, da classe trabalhadora é o momento crucial para explicar tanto o domínio do capitalismo, quanto o seu fracasso. A luta pela consciência da classe trabalhadora depende de vários "momentos" e "níveis", precisamente quatro níveis: identificação profissional, solidariedade de interesses no campo econômico, dos seus interesses corporativos e o desenvolvimento ideológico em ação.

É possível considerar, que para Gramsci a educação é um processo que busca fazer com que os estudantes passem da anomia à autonomia pela mediação da heteronomia, e nesse movimento propõe a organização da escola unitária de caráter público, sob inteira responsabilidade do Estado, voltada para a formação cultural e não diretamente profissionalizante. Começando pelo primeiro grau elementar com duração de três a quatro anos abrangendo o ensino de noções instrumentais relativas à leitura, escrita, cálculo, história e geografia e as noções de "direitos e deveres". Ele entende por "direitos e deveres" os elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta com as concepções de diversos ambientes sociais tradicionais.

A escola única para Gramsci, não se trata de uma escola igual para todos, mas sim uma escola que proporcione a todos os homens o acesso ao conhecimento, conforme suas necessidades, garantindo a todos a condição de se tornar dirigentes. A concepção gramsciana da escola se estrutura em dois conceitos principais: disciplina e catarse. Com a disciplina se adquire o hábito do estudo sistemático e hábitos psicofísicos apropriados ao trabalho intelectual. Gramsci conscientizava de que não se deve cansar o aluno mais que o necessário, lembrando que a aprendizagem implica sempre certa fadiga, impondo ao aluno privações e limitações do movimento físico.

Já pela catarse o processo educativo alcança seu ápice, levando os alunos a atingirem uma concepção superior, ocorrendo a assimilação subjetiva das condições objetivas, incorporando no próprio modo de ser dos homens, transformando sua vida qualitativamente e integralmente, no campo das concepções e no campo da ação. Ao incorporar as experiências e vivências cotidianas na escola e fora dela, é que o homem começa a romper com sua integração, ativa ou passiva, à ordem dominante. Somente transformando o mundo que o rodeia e as relações presentes, o homem poderá potencializar e desenvolver sua própria individualidade. Individualidade esta, que só pode se realizar na medida em que sua ação altera suas relações com o mundo externo, alcançando níveis cada vez mais amplos, superando o estágio individual.

Saviani (2009) aponta que a relação das ideias de Gramsci com a educação brasileira, se constitui em uma pedagogia contra-hegemônica que permitisse orientar a organização da educação e a prática do ensino nas condições brasileiras. Na década de 1980, a educação brasileira estava hegemônica devido a intensa mobilização dos educadores e o pensamento crítico dominado pela concepção produtivista. Essa concepção se classifica em dois modelos clássicos da economia da educação: o modelo do investimento e o modelo da demanda, conforme expressou Bárbara Freitag (Op. Cit., p.23). No primeiro modelo o foco é a alocação dos investimentos educacionais no orçamento público. No segundo modelo, empenha-se em converter as escolas em fábricas de mão-de-obra. Colocar em prática o que definiam os dois modelos ficou a cargo do planejamento educacional.

Essa tendência no plano da política educacional, desencadeou a adoção do construtivismo no plano didático, de maneira contraditória. Ao considerar as teorias pedagógicas contra-hegemônicas que se manifestaram na década de 1980, Saviani (2009) identifica quatro formulações: a "pedagogia libertadora", que se embasa nas ideias de Paulo Freire; a "pedagogia da prática", inspirada na concepção libertária, em consonância com os princípios anarquistas; a "pedagogia crítico-social dos conteúdos", voltada à democratização da escola pública pelo acesso de todos os educandos aos conhecimentos produzidos e adquiridos ao longo dos anos pela humanidade; e a "pedagogia histórico-crítica", que derivando da concepção dialética, embasada no materialismo histórico, entende a educação como mediação no âmbito da prática social global.

Diferentemente das demais teorias elencadas, a "pedagogia histórico crítica" tem em Gramsci suas principais referências, tendo eleito a categoria gramsciana da "catarse" como o momento culminante do processo pedagógico. Mantendo-se fiel a sua diretriz a pedagogia histórico-crítica, na esfera da educação brasileira, atravessou toda a década de 90 e ingressou no século XXI, resistindo ativamente para formular uma teoria capaz de orientar a prática dos educadores numa perspectiva transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública como parte da superestrutura do Estado reproduz o ideário da ideologia dominante na perspectiva de seus intelectuais. Entretanto, o contraponto que se desenha no sentido de seu enfrentamento pode se dar por meio da formação e intervenção dos intelectuais orgânicos, isto é, legítimos representantes dos interesses sociais em suas distintas esferas.

O papel dos intelectuais, professores e profissionais de educação nessa diretriz é o de despertar a sociedade e o seu entorno na defesa de interesses muitas vezes velados da dominação, ao mesmo tempo que colocando como agenda as demandas e reivindicações de direitos advindos da negação dos conflitos do contexto laboral.

Parece um quadro desanimador ao constatar a escola pública controlada pela hegemonia da elite econômico-política, dando a impressão de que talvez não haja alternativa de mudança e melhoria de atendimento às classes menos favorecidas. Entretanto, quando Gramsci propõe a orientação de representação por meio de intelectuais orgânicos, entendemos que as mudanças somente poderão ocorrer por meio de articulações de movimentos sociais que tenham uma pauta bem desenhada. É claro que a formação de um ideário dessa forma passa pela reflexão do processo de expropriação laboral, das relações de divisão social de classe e necessidade de se buscar caminhos que façam o contraponto. Intelectuais em formação devem trabalhar para alternativas sempre, até haver condições de melhora e maior acesso a qualidade de ensino.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, M.G.A. Práxis e educação em Gramsci. Filosofia e Educação (Online), *Revista Digital do Paideia*, Volume 2, Número 1, Abr-Set de 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635530/3323>> Acessado em: 12 de jul. 2017
- BEIRED, J.L.B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. (Org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP:1998.
- CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- DRABACH, N. P. A escola unitária em Gramsci e a educação profissional no brasil. In: *Reunião Científica da ANPED.XI ANPED Sul*. Curitiba. Editora: Setor de Educação da UFPR.2016.
- MELO, E. P. C. B. N; MARQUES,S.C.M. Sujeito, autonomia e educação em Louis Althusser. In: LIMA,P.G; PEREIRA,M.C. (Orgs.) *Fundamentos da educação: recortes e discussões*. volume 5. Jundiaí, Paco Editorial:2015.
- SAVIANI, D. *Gramsci e a educação no Brasil: Para uma teoria gramsciana da educação e da escola*. Campinas, 2009. Disponível em: <http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1447190212-Demerval_Saviani.pdf > Acessado em: 11 de jul. 2017.

Recebido em: 08.01.2017

Aprovado em 10.04.2017